

A CAFEICULTURA MODERNA EM PATROCÍNIO/MG: DO LOCAL AO GLOBAL

Ramon de Souza Oliveira¹
Magda Valéria da Silva²
João Cleps Júnior³

Resumo: O presente texto objetiva analisar as principais relações socioeconômicas que envolve a produção de café em Patrocínio, Minas Gerais, destacando os aspectos de produção, circulação e expansão dessa atividade agrícola para o mercado nacional e global. Metodologicamente, baseia-se em pesquisas teórica e documental. A primeira analisará conceitos como modernização da agricultura, agricultura científica globalizada e logística, presentes em Frederico (2014), Pereira (2014) e Santos (1993); a segunda coletará informações e dados estatísticos da cafeicultura local junto ao IBGE e CONAB. Por fim, almeja destacar a inserção de Patrocínio no mercado global mediante a cafeicultura moderna e como esta tem transformado espacialmente essa localidade, assim como as práticas agrícolas.

Palavras-chave: Café, Cafeicultura Moderna, Patrocínio/MG

Abstract: This paper aims to analyze the main socioeconomic relations involved in coffee production in Patrocínio, Minas Gerais, highlighting the production, circulation and expansion aspects of this agricultural activity for the national and global markets. Methodologically, it is based on theoretical and documentary research. The first will analyze concepts such as modernization of agriculture, globalized scientific agriculture and logistics, present in Frederico (2014), Pereira (2014) and Santos (1993); The second will collect information and statistical data from the local coffee industry with IBGE and CONAB. Finally, it aims to highlight the insertion of Patrocínio in the global market through modern coffee cultivation and how it has spatially transformed that locality, as well as agricultural practices.

Key-words: Coffee, modern coffee growing, Patrocínio /MG

1- Introdução

O município de Patrocínio localiza-se na Região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais (MG), Brasil. Possui uma população estimada em 2016 de

¹ Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. E-mail de contato: r.s.pesquisador@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. E-mail de contato: magdaufgcatalao@yahoo.com.br

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Email:jcleps@ufu.br

89.333 mil habitantes (IBGE, 2016); é atualmente, o maior produtor de café do país, somente, no ano de 2014 foram colhidas 63.328 mil sacas de café de 60 kg (IBGE, 2014). Para o ano de 2017, a estimativa é de 91.673 toneladas de café em uma área de 34.730 ha (CONAB, 2017).

Atualmente, o café produzido em Patrocínio possui uma indicação geográfica, na espécie de Denominação de Origem (DO), uma das principais certificações internacionais reconhecida no mercado internacional. A área delimitada como DO em Patrocínio é reconhecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). A produção atual de café é comercializada para países da União Europeia, Japão e Estados Unidos.

O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar as principais relações socioeconômicas existentes entre os principais atores sociais envolvidos na cadeia agroindustrial do café produzido em Patrocínio, evidenciando, assim, os aspectos de produção, circulação e expansão dessa atividade agrícola para o mercado nacional e global de cafés finos e com registro de qualidade, conhecido como Denominação de Origem.

Em relação à estratégia metodológica, esta baseia-se em pesquisa teórica e pesquisa documental. A primeira visa discutir e analisar conceitos relacionados a modernização da agricultura, agricultura científica globalizada, logística e outros, baseados em autores como: Frederico (2014), Pereira (2014), Santos (1993) e outros mais. Já a pesquisa documental objetiva analisar dados sobre áreas plantada e colhida, quantidade colhida de café obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O município de Patrocínio - objeto de análise deste artigo - possui 943 fazendas produtoras de café (IBGE, 2016), com uma infraestrutura completa dotada de terreiros, lavadores, secadores e máquinas de beneficiamento do grão. Existe, ainda, um complexo logístico com vários galpões e armazéns que permitem o escoamento do café beneficiado pelas diversas estradas vicinais e rodovias que cruzam os limites territoriais do município (PEREIRA, 2014). A fusão dos fluxos materiais e imateriais representados pelos insumos, tecnologia, logística, software, geoprocessamento, pessoas, produtos, serviços e dinheiro, transformaram a localidade, numa legítima cidade do campo moderno (SANTOS, 1993).

Portanto, compreender a cafeicultura moderna praticada no município de Patrocínio, bem como a dinâmica e os fluxos locais, nacionais e globais pelos quais percorrem todos os agentes e segmentos envolvidos nesta atividade, é o objetivo principal deste trabalho.

2 – O Paradigma da Revolução Verde e o Surgimento da Agricultura Científica Globalizada

No transcorrer de sua história econômica, o Brasil teve na atividade agrária a sua principal fonte de recursos econômicos (MORAIS, 2006). A interpretação da vocação agrária (BRESSER PEREIRA, 1997) foi hegemônica no Brasil por vários séculos e tinha como objetivo afirmar a aptidão histórica do país para a atividade econômica agrícola. O papel do setor agrícola brasileiro sempre foi muito bem delimitado, ou seja, a função primordial é abastecer o mercado externo com os produtos *in natura* e a partir disso, promover o aumento da geração de divisas que são fundamentais para honrar os compromissos financeiros assumidos pelo país (MORAIS, 2006).

A burguesia agrário-mercantil brasileira é responsável ideologicamente pelo predomínio da interpretação da vocação agrária no Brasil até meados de 1930 (BRESSER PEREIRA, 1997). O enfraquecimento dessa corrente ideológica ocorrerá com o processo de industrialização no Brasil, a partir desta década, onde foram criadas novas demandas urbanas sobretudo no setor de alimentos que favoreceu a transformação de diversas cadeias produtivas (MORAIS, 2006).

O surgimento da agricultura moderna no Brasil ocorreu, a partir da década de 1960, influenciada por dois fatores: o crédito rural e a produção agrícola inspirada na agricultura moderna norte-americana (BUAINAIN et al., 2013). O fundamento da agricultura moderna brasileira é baseado no seguinte tripé: crédito rural subsidiado, extensão rural e a pesquisa agrícola que inicialmente fora desenvolvida em instituições públicas do país (BUAINAIN et al., 2013).

O paradigma da Revolução Verde e o surgimento dos complexos agroindustriais (CAI's) implementados no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970, visavam reestruturar a agricultura brasileira. Para Frederico (2011), o modelo

de produção agrícola inspirado na Revolução Verde destaca-se por segregar boa parte dos produtores rurais brasileiros, especialmente os agricultores familiares, que foram excluídos dos diversos benefícios proporcionados pelos diversos pacotes tecnológicos implementados durante o advento da modernização da agricultura. Os principais pacotes tecnológicos envolviam os seguintes segmentos agrícolas: máquinas, ferramentas, fertilizantes, agrotóxicos e irrigação (FREDERICO, 2011).

Para Buainain et. al. (2013), a intensificação da produção,

apoiada no uso de sementes melhoradas, insumos industriais, máquinas, água e gestão produtiva, submetidos à racionalidade econômica, não foi neutra, do ponto de vista social, e nem inócua, do ponto de vista ambiental. As críticas à agricultura moderna, uma justa reação aos abusos no uso de produtos químicos na agricultura, são feitas em diversos níveis sociais e não se limitam a um país ou região, e ganharam mais força com a emergência dos temas ambientais e o fenômeno global das mudanças climáticas. (BUAINAIN et al., 2013, p. 112)

No entendimento de Frederico (2011), o Estado brasileiro foi o principal ator social, financiador e articulador das principais mudanças ocorridas no mundo rural brasileiro, a partir da década de 1960, conforme transcrição abaixo:

O Estado foi o principal financiador e articulador dos agentes responsáveis pela modernização do campo e pela formação dos complexos agroindustriais, através da adoção de uma série de medidas, como: o fornecimento de crédito subsidiado para custeio e investimento, atrelado à adoção da nova base técnica; a internalização da indústria e montante, produtora de bens de capital; as articulações entre empresas públicas de pesquisa - responsáveis pelo desenvolvimento dos novas cultivares - e as multinacionais produtoras de insumos químicos e mecânicos; o incentivo fiscal e creditício às agroindústrias; a extensão rural, difundindo as novas técnicas de manejo, a criação de uma rede de armazéns públicos e os investimentos em transporte e energia. (FREDERICO, 2011, p. 3)

A expansão de novas áreas de produção agrícola e o aumento da produtividade ocorreu, a partir da inserção de novas práticas agrícolas inspiradas nos pacotes tecnológicos difundidos pela Revolução Verde. Nesse período, o Cerrado consolida-se como a nova fronteira da agricultura moderna brasileira, e o Estado assume o papel de grande articulador e fomentador da ocupação de novas áreas até então pouco exploradas, favorecendo, assim, o desencadeamento de um

novo “projeto econômico” e de “integridade política do território” (FREDERICO, 2011, p. 4).

Nesse sentido, a agricultura brasileira assumiu alguns encargos, ou seja, com a crescente industrialização e urbanização do Brasil, a produção agrícola passa a abastecer as principais indústrias e domicílios urbanos tornando-se uma importante matéria-prima e alimento para população. A agricultura no Brasil torna-se, indubitavelmente, a atividade vital da economia brasileira e a sua principal mercadoria, sendo, imprescindível no setor de exportação, pois, auxilia na geração e aumento de divisas, favorece a importação e assegura a liquidez do país (FREDERICO, 2011).

Segundo Frederico (2011), a década de 1980 é marcada pelo enfraquecimento do paradigma da Revolução Verde e pela desarticulação dos complexos agroindustriais, a partir desse período ocorrerá o surgimento da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000). O autor destaca ainda, que o Estado brasileiro abandona o papel de grande fomentador e agente financiador dos complexos agroindústrias, sendo, substituído ativamente pelas grandes empresas agroindustriais e *tradings* internacionais (FREDERICO, 2011). Nesse diapasão, Frederico (2011) sinaliza que:

a adesão, ainda que parcial, do Estado brasileiro ao denominado Consenso de Washington e às suas prerrogativas políticas, no início da década de 1990, levaram à privatização e/ou sucateamento da maioria das empresas e instituições públicas responsáveis pelos diferentes aspectos da produção agrícola (financiamento, preços, armazenamento, produção de adubos e fertilizantes). Juntamente com a “desregulamentação” dos mercados e a maior abertura comercial houve também uma maior internacionalização dos circuitos espaciais produtivos agrícolas. A agricultura pautada nos complexos agroindustriais e na centralidade do Estado cede lugar a uma agricultura científica globalizada, organizada em rede, cuja a produção tem uma referência mundial – sobretudo, por meio da especialização, na produção de *commodities* -, regida pelas mesmas leis dos demais ramos da economia e regulada pelas grandes corporações. (FREDERICO, 2011, p. 5, grifos do autor)

Entretanto, a partir de 1970, o Brasil, vem aumentando substancialmente a produção agrícola de grãos. Em 1975, a produção foi de 45 milhões de toneladas, em 1990, o total foi de 58 milhões, e em 2013, a colheita atingiu, os valores expressivos de 187 milhões de toneladas de grãos (BARROS, 2014).

Nas últimas décadas do Século XX e início do Século XXI, com a expansão do comércio agrícola e a abertura de novos mercados para as *commodities* agrícolas, o Brasil, afirma-se, “num grande *player* global” (BARROS, 2014, p. 16, grifos do autor) do setor agropecuário mundial. O saldo da balança comercial agrícola brasileira colabora com esse entendimento, pois corresponde respectivamente, aos seguintes valores: em 1990, US\$ 7 bilhões de dólares, em 2011, US\$ 73 bilhões, e em 2013, US\$ 83 bilhões dólares. O Brasil é hoje, segundo Barros, “um dos quatro maiores exportadores de açúcar, soja, milho, suco de laranja, café, algodão, suínos, aves e bovinos” (BARROS, 2014, p. 16).

Atualmente, as *commodities* agrícolas é uma das principais e mais vantajosas aplicações financeiras de fundo de investimento (HERREROS et al., 2010). O termo *commodity* é uma expressão de origem inglesa que significa, mercadoria, mais não se trata de qualquer tipo de mercadoria, refere-se “a produtos principalmente primários ou semielaborados, geralmente agrícolas ou minerais, mundialmente padronizados, com preços cotados e negociados pelas principais bolsas de mercadorias” (FREDERICO, 2013, p.98).

É nesse sentido, que o café torna-se uma *commodity* e as localidades que o produz, inseridas nessa lógica da agricultura científica globalizada, principalmente para exportação, passam a estabelecer relações econômicas globais. A respeito disso tratar-se-á na sequência.

3 - A Cafeicultura Moderna no Município de Patrocínio (MG)

Atualmente, o estado de Minas Gerais é o maior produtor de café do Brasil, com uma produção estimada para o ano de 2017 de 26.800.000 milhões de sacas, o que corresponde, a participação de 56,4% de toda produção brasileira dessa *commodity* (CONAB, 2017). A área total plantada de café arábica em Minas Gerais em 2016 representa a totalidade de 67,35% de toda produção nacional, em uma área delimitada de 1.180.617,8 hectares, o que torna Minas Gerais o maior produtor de café arábica do país (CONAB, 2016).

É preciso destacar que o poderio da produção atual, é resultado de ações estatais de incentivo a cafeicultura, realizadas em um passado próximo. Na década de 1970, o governo federal incentivou por meio do Plano de Renovação e

Revigoração dos Cafezais (PRRC) a reestruturação das lavouras de cafés e a expansão de novas áreas de produção no território brasileiro. Portanto, o início da produção de café na região de Cerrado, em Minas Gerais, é resultado de um conjunto de políticas públicas governamentais.

A maior concentração produtiva de café, em Minas Gerais, está nos municípios de Uberlândia, Patrocínio e Patos de Minas (JESUS, ORTEGA, 2012). A denominação jurídica “Cerrado Mineiro” ou “Região do Cerrado Mineiro” é uma Denominação de Origem Controlada (DOC) registrada no INPI. Essa região geográfica é reconhecida notoriamente pela produção especializada de cafés finos com registro de Indicação Geográfica (IG), subespécie Denominação de Origem. A Indicação Geográfica é um gênero que pertence a grande área do direito da propriedade industrial. Atualmente, a IG é reconhecida pela OMPI e pela Organização Mundial do Comércio (OMC) (OLIVEIRA, SANTOS, 2015).

Na Região do Cerrado Mineiro, a área destinada à produção de café no ano de 2017 é de 169.215 mil hectares e a produtividade média ficará em torno de 37 sacas de 60 kg por hectares, o que torna essa região referência em produtividade de café no estado. Já nas demais regiões produtoras de café em Minas Gerais a estimativa média por hectare corresponde a 28,56 sacas na região Sul e Centro-Oeste, 22,80 sacas na Zona da Mata Mineira, Rio Doce e Central e 19,68 sacas na região Norte e no Vale do Jequitinhonha e Mucuri (CONAB, 2017).

A cidade de Patrocínio, somente, despontou como pioneira na produção de café, após um longo percurso, que teve seu início no ano de 1970, quando os primeiros produtores oriundos do Paraná e de São Paulo adquiriram terras baratas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), e começaram o cultivo do café para fins de comercialização regional. Os recursos para aquisições de terras na região são provenientes do Programa de Assentamento Dirigido ao Alto do Paranaíba - PADAP (JESUS, ORTEGA, 2012).

A partir de 1980, os produtores da região do Cerrado Mineiro visando aumentar a competitividade da *commodity* começaram a fomentar a criação de associações e cooperativas de cafeicultores. Nesse diapasão, em 1985, foi criada no município de Araguari, a primeira associação de cafeicultores, denominada de Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA).

O conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (CACCCER), com sede em Patrocínio, foi constituída no ano de 1992, com a finalidade de fortalecer a cafeicultura do Cerrado Mineiro e promover a internacionalização do produto, conhecido como “Café do Cerrado”.

No ano de 1995, o CACCCER deu início ao processo de construção social do registro de Indicação Geográfica para o Café do Cerrado, e no dia 28 de janeiro de 1999, a instituição solicitou o registro de IG na modalidade de Indicação de Procedência junto ao INPI brasileiro. O registro de Indicação Geográfica somente foi concedido em 2005, tornando, assim, a Região do Cerrado Mineiro; a primeira no país, com uma área de produção registrada e certificada para o produto café junto aos órgãos federais e internacionais. (OLIVEIRA, SANTOS, 2015).

Em 2009, a CACCCER altera a razão social para Federação dos Cafeicultores do Cerrado (FUNDACCER). A Federação é uma instituição sem fins lucrativos que representa atualmente cerca de 4.500 mil cafeicultores, reunidos em sete (7) associações, nove (9) cooperativas e uma (1) fundação (FUNDACCER, 2016).

Em 31 de dezembro de 2013, o INPI reconheceu a titularidade exclusiva da Denominação de Origem: “Região do Cerrado Mineiro” para FUNDACCER, que contempla a produção de café verde em grão e café industrializado torrado em grão ou moído. Atualmente, a FUNDACCER é responsável pela emissão e fiscalização do registro de Indicação Geográfica (INPI, 2016).

A área geográfica delimitada da DO “Região do Cerrado Mineiro”, corresponde a 55 municípios do estado de Minas Gerais, que estão situados entre os paralelos de latitude Sul 16°37’ a 20°13’ e meridianos de longitude Oeste de 45°20’ a 49°48’, essa área foi demarcada em 2002, pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, e é legitimada por meio da Portaria nº 561, de 12/12/2002. A “Região do Cerrado Mineiro” apresenta uma altitude média de 800 a 1.300m, sendo favorável para produção de café tipo arábica (INPI, 2016).

A organização política e a reestruturação territorial (CASTRO, 2005) transformaram o município de Patrocínio localizado na “Região do Cerrado Mineiro” em um “espaço competitivo agrícola” (CASTILHO, FREDERICO, 2010, p. 15), sendo na atualidade, este município a sede administrativa de toda a articulação política e

econômica da cadeia produtiva agroindustrial do café, o que a torna uma legítima cidade do campo moderno (SANTOS, 1993).

Sobre os processos que envolve a cafeicultura competitiva e globalizada praticada e desenvolvida em Patrocínio, discute-se a seguir.

4 - A cafeicultura competitiva e globalizada em Patrocínio/MG

No mercado financeiro mundial, em especial nas operações de Mercado de Futuro, o café é uma *commodity* que ocupa a segunda posição entre as mercadorias com maior valor de mercado, perdendo, somente, em ganhos de valor para a tradicional e mais negociada *commodity*, o Petróleo (TALBOT, 2004). Os três maiores países exportadores de café mundiais no ano de 2015 foram o Brasil, o Vietnã e a Colômbia; e maiores importadores são Estados Unidos, Alemanha e Itália (ABIC, 2016).

Considerando que os processos que envolvem a produção de café em Minas Gerais concentram-se espacialmente na "Região do Cerrado Mineiro", reconhecida mundialmente como uma DO desta *commodity*, recorre-se as contribuições de Santos (1994), que elabora o conceito de coesão regional.

Santos (1994), ao elaborar o conceito de coesão regional, contribuiu para que este influenciasse na fundamentação do conceito de região competitiva (CASTILHO, FREDERICO, 2010). Para Castillo e Frederico (2010, p. 20), a utilização na atualidade do conceito de região competitiva deve ser compreendida como a "expressão geográfica da produção na era da globalização". Segundo esses autores, o conceito abarca "um amplo espectro de atividades econômicas, incluindo a agricultura, a indústria, os serviços e os casos mistos, como agronegócio" (CASTILHO, FREDERICO, 2010, p. 20).

As atuais contribuições de Castilho e Frederico (2010) para este conceito indicam que:

a "região competitiva agrícola" pode ser entendida como um compartimento produtivo do espaço geográfico atrelado à produção agrícola moderna. São aquelas regiões cuja produção é hegemônica sobre as demais atividades, fazendo com que a região uma forte densidade técnica (infraestrutura de transporte e comunicação, sistemas de armazenamento, centros de pesquisa, agroindústrias) e

normativa (desoneração fiscal, normas que facilitam o desembaraço das mercadorias, selos de denominação de origem etc.) vinculada à atividade agrícola dominante. Podemos elencar como regiões competitivas agrícolas as áreas produtoras de café (sul de Minas, cerrado mineiro, sul da Bahia, leste de Rondônia), soja (Nordeste do Rio Grande do Sul, Norte do Paraná, diversas regiões do Cerrado), laranja (interior paulista), cana-de-açúcar (interior paulista, avançando para o Sul de Minas, Triângulo Mineiro, centro e sudoeste goiano), fruticultura irrigada (Vale do Rio São Francisco), algodão (cerrado), flores (Holambra), uva (Rio Grande do Sul e Jundiaí/SP), apenas para mencionar as principais. Estas regiões se especializaram e ao mesmo tempo passaram a manter relações cada vez mais intensas dentro de circuitos espaciais produtivos agrícolas que extrapolam o próprio país (CASTILLO, FREDERICO, 2010, p. 20-21, grifos dos autores).

Todos os esforços foram direcionados, para a consolidação do município de Patrocínio como o centro administrativo e gerencial das políticas institucionais direcionadas ao desenvolvimento do café. A cafeicultura no Município de Patrocínio consolidou-se por ser estratégica e altamente dinâmica. A relação mantida com capital estrangeiro é extremamente profissional, e os agentes envolvidos no processo de comercialização do café, acompanham diariamente, as cotações de preços de sacas de café pela Bolsa de Valores de São Paulo.

Apenas no ano de 2015, foram contratados junto as instituições públicas bancárias localizadas nesse município, o valor total de R\$ 617.681.823,32 milhões de reais (R\$ 367.459.499,82 para custeio, R\$ 60.907.556,98 para investimentos e R\$ 189.314.766,52 para comercialização) (BACEN, 2016). Esses valores correspondem aos recursos direcionados ao financiamento de custeio, investimento e comercialização de produtos agrícolas. Os contratos agrícolas assinados em 2015, captaram somente para o custeio do cultivo do café, o valor de R\$ 228.064.918,00 milhões de reais, o que corresponde a 62% do total de recursos destinados ao custeio agrícola do município (BACEN, 2016).

Com o processo “gradativo de mundialização da Produção, consumo e serviço” (FREDERICO, 2014, p. 38), o crédito torna-se indispensável na agricultura moderna (SANTOS, 1993). Segundo Santos (2014), os Bancos são, portanto, agentes do circuito superior marginal por disponibilizarem, o acesso ao dinheiro, em forma de crédito, desencadeando, assim, um fluxo positivo em toda a cadeia produtiva do café (CHESNAIS, 1996).

5 - Considerações Finais

O cultivo do café envolve uma quantidade significativa de agentes envolvidos no processo de produção como: fornecedores de mudas, sementes, consultores, agrônomos, técnicos agropecuários, engenheiros, lojas especializadas na venda de agrotóxicos e fertilizantes, empresas de consultoria especializadas em licenciamento ambiental e certificações, produtores, atravessadores, *tradings* internacionais, cooperativas, associações, torrefadoras, bolsa de valores e entre outras.

O café da Região do Cerrado Mineiro, é hoje, um grão gourmetizado e certificado pelas principais certificadoras mundiais como: UTZ, Rainforest, 4 C, Nespresso, Starbucks e Fairtrade.

6 - Referências:

- BCB (Banco Central do Brasil). **Anuário Estatístico de Crédito Rural - 2012**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>. <último acesso em: 15/05/2017>.
- BARROS, J. R. M. **Prolegomena**: o passado no presente: a visão do economista. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z.(Orgs.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Interpretações Sobre o Brasil. In: LOUREIRO, M. R. (org). **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, p. 17-69.
- BUAINAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. Brasília/DF, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator (Online)**. Fortaleza/CE, v. 09, p. 17-26, 2010.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia/MG, v. 22, p. 461-474, 2010.
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) – Dados sobre a produção do Café em, 2016. Disponível em: <http://www.conab.gov.br> < último acesso em: 15/04/ 2017.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- EXPOCACCER (Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado). **Relatório da Administração 2014**. Patrocínio: Expocaccer, 2014.
- FREDERICO, S. Expansão da fronteira agrícola e emergência de uma agricultura científica globalizada no território brasileiro. In: XIII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2011, San José. **Anais do XIII Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2011.
- FREDERICO, S. Lógica das *Commodities*, Finanças e Cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas/SP, v. 3, p. 97-116, 2013.
- FREDERICO, S. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas. **Mercator (Online)**. Fortaleza/CE, v. 17, p. 37-48, 2014.
- FUNDACCER, 2016. Federação dos Cafeicultores do Cerrado. Disponível em: <http://www.cerradomineiro.org/index.php> <último acesso em: 15/04/2017.

HERREROS, M. M. A. G. et al. Atividade especulativa dos fundos de investimentos no mercado futuro de commodities agrícolas, 2006-2009. **Revista de Política Agrícola**. Brasília/DF, ano XIX, nº 1, jan./fev./mar., 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> <último acesso em: 15/04/2017>.

IBGE Cidades. **Patrocínio, Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php> <último acesso em:15/04/ 2017>.

INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). Indicações Geográficas brasileiras. Disponível em: www.inpi.gov.br <último acesso em: 02/04/ 2017>.

JESUS, C. M.; ORTEGA, A. C. **Café e Território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro**. Campinas: Alínea, 2012.

OLIVEIRA, R. S.; SANTOS, N. O valor agregado de produtos com Indicação Geográfica: um estudo de caso da Região do Cerrado Mineiro. In: DIAS, J. C. V.; SÁ MULLER, J. M.; PORTILHO, R. M. R. (Org.). **A propriedade intelectual e os dez anos da lei de inovação: conflitos e perspectivas**. Rio de Janeiro: Gramma, 2015.

PEREIRA, M. F. V. Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do Cerrado mineiro. **Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá/Colômbia, nol. 23, nº 2, jul/dic 2014.

MORAIS, M. O. **O café do Cerrado em Patrocínio (MG): um exemplo do processo de modernização da agricultura brasileira**. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2006. (UFF. Dissertação, mestrado em geografia.).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2008.